



FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: a literatura negro-brasileira como instrumento de letramento racial a partir da lei 10639/2003

FRANCO, Rita Maria Sousa – SEMED. ritamsfranco84@gmail.com

MELO, José Carlos de – UFMA. melo.jose@ufma.br

COLINS, Francinete Oliveira -UFMA. francinetecolins1@gmail.com

INTRODUÇÃO

A formação continuada dos professores de Educação Infantil é fundamental para desenvolver práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e promovam o enfrentamento ao racismo. O letramento racial precisa ser inserido desde os primeiros anos escolares, estimulando o pensamento crítico sobre as relações étnico-raciais. Materiais paradidáticos afro-brasileiros são ferramentas valiosas para o ensino sobre identidade, cultura e história africana e afro-brasileira.

Superar o racismo no ambiente escolar exige que a formação de professores possibilite o reconhecimento das desigualdades raciais e fomenta o compromisso com a transformação social. Como aponta Carneiro (2001), é essencial que o processo formativo prepare os educadores para compreender e atuar criticamente nas relações étnico-raciais presentes no cotidiano das escolas.

Esse preparo vai além do domínio de conteúdos, englobando também o desenvolvimento de uma postura ética, reflexiva e engajada. Ao fortalecer o olhar crítico sobre as práticas educativas, amplia-se a capacidade de identificar e combater estruturas que perpetuam o racismo institucional. Assim, a formação docente assume papel central na construção de uma escola mais justa, inclusiva e comprometida com a equidade racial.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com ênfase em pesquisa-intervenção, envolvendo seis participantes da Educação Infantil, sendo quatro docentes, um coordenador pedagógico e um gestor. Este estudo ressalta a relevância da formação continuada para educadores da Educação Infantil à luz da Lei 10.639/2003, considerando que uma atuação antirracista demanda não apenas o respaldo de políticas públicas, mas também a qualificação docente para reconhecer as relações raciais e intervir de forma crítica (Alves; Teixeira; Santos, 2022).

Para tanto, foram selecionadas obras paradidáticas da literatura negro-brasileira adequadas à Educação Infantil — como "Cada um com seu jeito, cada jeito é de um", de Lucimar Rosa Dias; "O cabelo de Lelê", de Valéria Belém; "O pequeno príncipe preto", de Rodrigo França; e "A cor de Coraline", de Alexandre Rampazo, entre outras que serão apresentadas aos professores como instrumentos de letramento racial.



Na primeira etapa, o Projeto foi apresentado à Equipe Pedagógica da UEB Irmão Felizes para viabilizar a pesquisa de campo. Foi realizada uma visita inicial com o intuito de conhecer as professoras e detalhar os objetivos do projeto a ser implementado na instituição.

A segunda etapa envolveu duas semanas de observação participante em cada turma para identificar as crianças, apresentar a equipe e acompanhar a rotina escolar. Com base nessas observações, foi planejada a terceira etapa: elaboração de um roteiro de entrevistas semiestruturadas com os educadores da UEB Irmão Felizes sobre planejamento e formação continuada.

Na terceira etapa, os dados foram analisados a partir das pesquisas dos educadores, observação das crianças e respostas aos questionários, participou seis professores, mulheres, entre 36 e 59 anos; cinco com formação em Pedagogia e uma que fez o normal antigo magistério.

Assim, perguntou-se você tem conhecimento da Lei Federal 10.639/2003.

C4 - Desde sempre e em diversos contextos, porque sou uma mulher negra que nasceu e cresceu em uma família afrodescendente, com toda uma ancestralidade proveniente de territórios quilombolas mara hences, que valoriza a tradição oral, a família entre outras manifestações culturais como as danças e a culinária de tradição local.

C5 - Sim, quando estava estagiando no Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, participava das festas de terreiro, festas do Divino Espírito Santo, e bumba meu boi. Pensa como pesquisador/ expectador.

C6 - Sim. Trabalho sempre com livros infantis que retratam personagens negros e a cultura afro.

C7 - Sim, já realizei pesquisa sobre a 10.639/2003.

As respostas acima revelam que os educadores já tiveram contato com a cultura afrodescendentes e algumas já realizam atividades usando estes conteúdos nas instituições educativas, através do uso de livros e outros.

O contato com a cultura afrodescendente na educação é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, combatendo o racismo e a discriminação. A inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, conforme estabelecido pela Lei 10.639/03, é um passo importante nesse sentido, promovendo o respeito à diversidade e a valorização da identidade negra.

Posteriormente perguntou-se: Você já na escola de alguma formação continuada visando à preparação para implantação da Lei. 10.639/03?

C1 - Sim, realizamos na escola por meio da literatura infantil. Paradidáticos que trabalhavam a temática.

C2 - Não.

C3 - Sim. O tema era arte africana.

C4- Fomos orientados a desenvolver projeto falando da consciência negra.

C5 - Tivemos uma breve FC recebida pelo Coordenador, que nos deu indicativo de desenvolver um projeto.

Percebe-se que se desenvolve atividades e projetos que estudam sobre consciência negra, mas muito pouco tem se falado de Formação Continuada para o letramento racial. A Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, também impacta a formação continuada de professores da educação infantil. Essa lei busca promover uma educação mais inclusiva e antirracista, e a formação continuada é fundamental para que os professores possam efetivamente aplicar a lei em sala de aula, especialmente



na educação infantil, onde as bases para a construção da identidade e do respeito às diferenças são estabelecidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa ocorreu na UEB Irmão Felizes, escola pública de São Luís/MA, envolvendo crianças do Infantil II e seus educadores. Os dados vieram de observações baseadas em roteiro de Manzini (1990, 1991) e entrevistas semiestruturadas. A primeira etapa apresentou o projeto à equipe pedagógica; a segunda consistiu em duas semanas de observação participante nas turmas; e a terceira envolveu entrevistas com seis educadoras (cinco formadas em Pedagogia e uma em magistério).

A maioria das professoras conhece a Lei Federal 10.639/2003 e tem experiências relacionadas à cultura afrodescendente, utilizando livros, projetos e atividades educativas. O contato com essa cultura é essencial para promover respeito à diversidade e combater o racismo escolar, conforme previsto pela lei.

Quanto à formação continuada, parte dos professores participou de ações voltadas ao tema, como projetos, literatura infantil e orientação sobre consciência negra, mas há relatos de pouca discussão sobre letramento racial. A Lei 10.639/2003 exige inclusão da história e cultura afro-brasileira na educação infantil, tornando fundamental a formação continuada para efetivar práticas antirracistas desde os primeiros anos escolares.

CONSIDERAÇÕES

Nosso objetivo foi analisar, elaborar e implementar práticas pedagógicas antirracistas nas escolas públicas municipais utilizando a literatura infantil. Ritmos do questionamento: Como tem sido implementada a Lei nº 10.639/2003.

Os documentos destacam a importância da literatura como recurso metodológico, pois ela amplia a compreensão histórica, sociocultural e incentiva o pensamento crítico dos alunos. Ao abordar a literatura infantil como ferramenta pedagógica para implementar a EREER, nossa pesquisa analisou a representação dos professores e a relevância da Lei nº 10.639/03, que valoriza a construção da autoestima e combate preconceitos. O objetivo é garantir visibilidade à história e cultura afro-brasileira e africana, tradicionalmente excluídas do currículo escolar.

Palavras-chave: Formação continuada. Educação infantil. Letramento racial.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.; TEIXEIRA, D.; SANTOS, W. N. Educação da infância e combate ao racismo: a implementação da Lei nº 10.639/2003 na percepção de professores e professoras. **Rev. Bras. Estud. Pedagogia**, Brasília, v. 103, n. 264, p. 450-465, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/TfDvRm5MVnr8Bms8dGDWMrz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.



BRASIL. **Lei 10.639/03**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira**. Brasília, 2004. Disponível em https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 10 ago. 2025.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

DIAS, Lucimar. R. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Szxr7Z3zVNnzYxWGhWYqFbj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2025.

FRANÇA, Rodrigo. **O Pequeno príncipe preto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. *Didática*, São Paulo, v.26/27, p.149-158, 1990/1991.

RAMPAZO, Alexandre. **A cor de Coraline**. São Paulo: Rocco Pequenos Leitores, 2017.